

Um país perdido na guerra do fogo



**VIRIATO
SOROMENHO-
MARQUES**
PROFESSOR
UNIVERSITÁRIO

Até à data, os registos apontam para 520 000 ha ardidos em 2017. Mais do que no terrível ano de 2003. Mais de metade de toda a área ardida na UE ocorreu em Portugal. Ou de outro modo: Portugal deixou arder quase 6% do seu território total (incluindo os arquipélagos atlânticos). Miguel de Unamuno chamava-nos, há um século, um país de suicidas. Hoje aparentamos ser um país de pirómanos. Uma nação que se deixa devorar pelo fogo florestal, que consente ao inferno penetrar dentro da casa de cidadãos indefesos, que permite 110 mortos e muitas centenas de milhões de euros de prejuízo, é um país que perdeu a capacidade de exercer a soberania no seu próprio solo. Escutei muitas vozes a exigirem ao governo um pedido de desculpas, mas um primeiro-ministro com dimensão de estadista começaria por confessar e assumir o peso da vergonha coletiva que cai hoje sobre Portugal. Estamos na triste situação de todos

terem pena de nós. No *rating* da honra, o país, incapaz de se autogovernar, caiu no lixo mais profundo.

No início do mês, o governo cumpriu o calendário, como se não tivesse havido Pedrógão, como se o IPMA não nos tivesse alertado para o outubro ardente que aí vinha, como se os megaincêndios de 5.^a geração, causados pelas alterações climáticas, fossem uma ficção de académicos. Encerrou 236 postos de vigia e dispensou 30 dos 48 meios aéreos. Por isso, em 15 de outubro houve um governo ruidoso, mas faltou um Estado protetor enquanto populações abandonadas defendiam desesperadamente vidas e bens. O governo não aprendeu nada em junho. Mas a oposição também não parece recordar-se de que a transformação do território rural numa ameaça mortal para quem lá habita tem sido o resultado da perversa e longa convergência entre os três principais partidos e respetivos governos.

As recentes medidas anunciadas pelo executivo são positivas, mas só entusiasma quem esqueceu que, praticamente, as mesmas propostas foram recusadas em 2005 por um governo em que António Costa era MAI. Uma política florestal séria e integrada não se inventa num fim de semana. Tem de projetar-se numa estratégia de pelo menos dez anos, legitimada e controlada no e pelo Parlamento, jurada pelos partidos, para fazer recuar

mais de 40 anos que transformaram as florestas num paiol de monoculturas desordenadas, onde o despovoamento provoca desertificação ecológica, e esta acentua o despovoamento. Para vencer a guerra do fogo, Portugal teria de nacionalizar a sua política florestal, tanto no ordenamento como no combate. Teria de asfixiar, e não remendar, os negócios do fogo, que levaram a ruinosas parcerias público-privadas como o SIRESP, ou a recrutar meios aéreos em empresas que a justiça de Madrid está a julgar por fraude. Teria de reconstruir o Estado que se demitiu da floresta, humilhando e aniquilando as competências instaladas, como se provou na destruição do Pinhal de Leiria. Teria de envolver operacionalmente as Forças Armadas, com meios próprios, como o fez a Espanha. Se quisermos vencer a guerra do fogo, teremos de decretar por tempo indeterminado um estado de emergência florestal – vencendo a chantagem de um cadastro sempre adiado – que permita reordenar e proteger a floresta no quadro de uma economia rural revitalizada, com o envolvimento da população e das empresas residentes, 365 dias por ano. Teria de financiar uma floresta de uso múltiplo, curada da neoplasia do eucalipto. A guerra do fogo será lenta e dolorosa, pois é uma guerra civil entre o melhor e o pior de nós próprios. Estamos apenas no princípio.